

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E SUBESTAÇÃO ASSOCIADA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA

CAPÍTULOS 4.1 E 4.2

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

LEVANTAMENTO DE DADOS E DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE
ESTUDO

AGOSTO/2021

SUMÁRIO

4	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	4-5
4.1	LEVANTAMENTO DE DADOS	4-6
4.1.1	<i>Meio físico</i>	4-6
4.1.2	<i>Meio Biótico - Flora</i>	4-8
4.1.3	<i>Meio Biótico - Fauna</i>	4-8
4.1.4	<i>Meio Socioeconômico</i>	4-11
4.2	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO	4-13
4.2.1	<i>Área diretamente afetada</i>	4-14
4.2.2	<i>Área de estudo (AE) dos meios físico e biótico</i>	4-16
4.2.3	<i>Área de estudo (AE) do meio socioeconômico</i>	4-18

LISTA DE QUADROS

QUADRO 4-1: MUNICÍPIOS INTERCEPTADOS PELO EMPREENDIMENTO.....	4-18
---	------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 4-1:ÁREA DE ESTUDO DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO.....	4-17
FIGURA 4-2: ÁREA DE ESTUDO DO MEIO SOCIOECONÔMICO.....	4-19

4 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O diagnóstico ambiental do empreendimento LT 500 kV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e subestação associada buscou traduzir a dinâmica ambiental das áreas de estudo para a alternativa locacional selecionada. O presente capítulo contempla a descrição e a análise dos fatores ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental atual da região de inserção do empreendimento.

O capítulo encontra-se estruturado em quatro itens, a saber:

- Item 4.1 - Levantamento de Dados: Apresenta as informações de caráter regional e da Área de Estudo (AE), podem estar baseadas em dados secundários, sendo complementadas com dados primários para aspectos específicos, apresentados de acordo com as solicitações do TR emitido;
- Item 4.2 - Definição da Área de Estudo e da Área Diretamente Afetada, onde é apresentada a as áreas necessárias à implantação do empreendimento, incluindo faixa de servidão, acessos às frentes de obras, e estruturas de apoio como canteiros, alojamentos, áreas de empréstimo e bota-fora e ainda delimitação geográfica da área estabelecida para a realização dos estudos ambientais, acompanhadas das devidas justificativas técnicas utilizadas para esta delimitação;
- Item 4.3 - Meio Físico, onde são apresentadas informações referentes à: Meteorologia e Climatologia; Nível de Ruído; Sismicidade; Recursos Hídricos; Estudos Geológicos; Estudos Geomorfológicos; Paleontologia; Pedologia; Espeleologia; Vulnerabilidade Geotécnica; e Recursos Minerais;
- Item 4.4 - Meio Biótico, onde são apresentadas informações referentes à: Caracterização dos Ecossistemas; Flora; Fauna e Áreas Protegidas e Prioritárias para Conservação e
- Item 4.5 - Meio Socioeconômico, onde são apresentadas as informações referentes à: Caracterização da População; Infraestrutura de Serviços Públicos e Vulnerabilidades; Saúde Pública; Educação; Transporte; Segurança Pública; Comunicação e Informação; Organização Social; Aspectos Econômicos; Uso e Ocupação; Populações Tradicionais; Comunidades Indígenas; Comunidades Quilombolas; Outras Comunidades Tradicionais; e Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico.

4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

Em acordo ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para o presente estudo, o levantamento de dados de caráter regional e da Área de Estudo (AE) foi feito utilizando dados primários e dados secundários. As fontes e métodos utilizados para a aquisição dos dados é descrita em detalhe adiante.

4.1.1 Meio físico

4.1.1.1 DADOS SECUNDÁRIOS (LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS E INSTITUCIONAIS)

O levantamento de dados secundários teve como objetivo compreender primeiro os diversos fatores físicos pertinentes para este tipo de empreendimento de forma regional, em sequência dando foco para dados mais específicos e particulares da região da AE.

A aquisição dos dados foi realizada em diversas bases de dados de entidades públicas ou privadas, sendo utilizada apenas bibliografia publicada ou que tenha servido como fonte para publicações de periódicos técnicos, livros ou sites oficiais.

4.1.1.1.1 Clima

Para a caracterização do clima, os dados das estações climatológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) foram utilizados como base para compor as séries históricas de máximas, mínimas e médias. Os eventos considerados extremos do ponto de vista meteorológico não foram ponderados para a elaboração dos gráficos que representam o clima da região, porém foram levados em conta para o diagnóstico e análises do meio físico do presente estudo.

4.1.1.1.2 Geologia

Em relação a geologia, a principal fonte de dados foram os mapas elaborados e fornecidos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). As análises abrangeram toda a área de estudo (AE), considerando aspectos litológicos e estruturais, resultando na identificação das unidades geológicas interceptadas pelo empreendimento.

4.1.1.1.3 Cavidades Naturais

Para a análise do potencial de ocorrência de cavidades naturais e identificação das cavidades naturais, em âmbito regional, foi utilizado o Mapa de Potencialidade de Cavernas no Brasil, em escala de 1:2.500.000, as unidades geológicas, os mapas geomorfológicos disponibilizados pelo IBGE, em escala de 1:250.000, e os registros de cavernas da base de dados do CECAV, o qual também utiliza os dados organizados pelo Cadastro Nacional de Cavernas, possibilitando uma análise integrada e detalhada.

4.1.1.1.4 Geomorfologia

O estudo da geomorfologia foi feito contemplando a totalidade da AE, utilizando-se de dados secundários disponíveis na versão de 2019 do Mapa Geomorfológico do Brasil, em escala 1:250.000, elaborado e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com estes dados em conjunto com bibliografias apresentadas durante o diagnóstico, foram descritos padrões de relevo, unidades geomorfológicas, e de uma forma macro, a susceptibilidade ao desencadeamento de processos erosivos.

4.1.1.1.5 Pedologia

O mapeamento de dados secundários para suporte na definição da pedologia utilizou principalmente o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) e tomou como base o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1.1.1.6 Recursos Minerais

Para os recursos minerais foi considerado unicamente a base de dados da ANM, com atualização semanal, visando acompanhar quaisquer avanços de fase dos polígonos minerários afetados.

4.1.1.1.7 Paleontologia

Os dados secundários de paleontologia foram construídos a partir do banco de dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) (<http://geoportal.cprm.gov.br>).

4.1.1.1.8 Recursos Hídricos

A identificação de Rios, Córregos, Lagos e demais corpos hídricos foi baseada nos dados da Agência Nacional de Águas (ANA), com posterior vetorização dos corpos hídricos não identificados na base de dados, utilizando de software de geoprocessamento.

4.1.1.2 DADOS PRIMÁRIOS

Os dados primários foram levantados no mês de março de 2021 e as metodologias de análise são descritas em detalhe no item 4.3. – Diagnóstico do Meio Físico do Capítulo 4 Diagnóstico Ambiental.

4.1.2 Meio Biótico

4.1.2.1 ECOSISTEMAS

Para indicação dos biomas interceptados pelo empreendimento, foram considerados os limites definidos pelo Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004). A base estabelecida pela Lei nº 11.428/2011 como oficial para delimitação do bioma Mata Atlântica também foi considerada (IBGE). Para caracterização dos biomas e de suas atuais condições, foram consultadas bibliografias específicas publicadas por instituições de ensino e pesquisa, com objetivo de caracterizar de forma mais assertiva.

O mapeamento do uso e cobertura do solo na área de estudo (AE) do empreendimento fruiu do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil, Coleção 5.0 (MAPBIOMAS, 2019) e Banco de Informações Ambientais – BDIA (IBGE, 2020). A caracterização das fisionomias que ocorrem na região de estudo foi feita, principalmente, conforme Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012).

As áreas de relevante interesse ecológico foram definidas como: As Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade (APCB), Unidades de Conservação (UC), corredores ecológicos e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Para identificação das APCBs, foi utilizado o banco de dados disponível no sítio do MMA (<http://areasprioritarias.mma.gov.br>). O levantamento dos limites das Unidades de Conservação foi realizado com base nas informações presentes em legislações e bancos de dados de instituições federais, estaduais e municipais. Foi complementado, ainda, pelos dados disponibilizados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do estado da Bahia (BAHIA, 2020).

Os corredores ecológicos foram definidos conforme definido pelo MMA e propostos em outras publicações: Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil (AYRES *et al*, 2005) e Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil. Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica (BECKE *et al*, 2006). A Reserva da Biosfera foi mapeada conforme base do MMA (2018).

4.1.2.2 FLORA

4.1.2.2.1 Dados Secundários (Levantamentos Bibliográficos e Institucionais)

A metodologia para o diagnóstico da flora afetada pelo empreendimento levou em conta, principalmente, o recomendado em bibliografias específicas publicadas por instituições de ensino e pesquisa e, literatura científica. As fontes consultadas estão detalhadas nas referências bibliográficas (capítulo 12).

O mapeamento do uso e cobertura do solo na área de estudo (AE) do empreendimento fruiu do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil, Coleção 5.0 (MAPBIOMAS, 2019) e Banco de Informações Ambientais – BDIA (IBGE, 2020). Em adição, para estimativa de intervenção, ainda foram consultadas bases hidrográficas estaduais de maior detalhe disponíveis para a região: INEMA-BA (1:50.000), IEMA-ES (1:25.000) e IGAM-MG (1:50.000). O Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR, 2021) foi consultado para verificação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.

A definição das fitofisionomias interceptadas foi feita com auxílio de bases secundárias, como o Mapa de Vegetação do Brasil (BDiAWeb - IBGE, 2021) e Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012), além de análises de imagens de satélite disponíveis no software livre, Google Earth Pro.

O enquadramento dos estágios sucessionais foi feito com base na Resolução CONAMA n.º 29/1994, que dispõe sobre os estágios sucessionais das fisionomias desse bioma no Espírito Santo, na Resolução CONAMA n.º 05/1994, que dispõe sobre os estágios sucessionais das fisionomias desse bioma na Bahia e na Resolução CONAMA n.º 392/2007, que dispõe sobre os estágios sucessionais das fisionomias desse bioma em Minas Gerais.

Já para o levantamento florístico, as coleções do Herbário RB do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), e dos herbários virtuais, disponibilizados nos portais Flora Brasil 2020 e SpeciesLink (FAPESP), foram consultados para auxílio na definição das espécies de flora encontradas. A APG IV – Angiosperm Phylogeny Group (APG IV, 2016) foi adotada como fonte para nomeação correta dos espécimes.

As informações da flora, como distribuição, endemismo e uso potencial foram consultadas em bases específicas publicadas por instituições de ensino e pesquisa. A definição do grau de ameaça de extinção foi feita com base nas legislações específicas sobre o tema, mas também em bases nacionais e internacionais: CNC Flora 2020 (CNC, 2020); União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2020); Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES, 2020).

4.1.2.2.2 *Dados Primários*

Os dados primários foram coletados por meio da instalação de unidades amostrais retangulares (20x10m) ao longo do traçado, buscando contemplar a variação de fisionomias. Esses dados subsidiaram a classificação e caracterização dos remanescentes de vegetação interceptados pelo empreendimento, as análises florísticas e fitossociológicas. As metodologias de análise são descritas em detalhe no item 4.4.2. – Diagnóstico da Flora do Capítulo 4 Diagnóstico Ambiental.

4.1.2.3 FAUNA

4.1.2.3.1 *Dados Secundários (Levantamentos Bibliográficos e Institucionais)*

Os dados secundários de fauna foram adquiridos a partir de pesquisas bibliográficas em periódicos científicos, publicações oficiais de órgãos e instituições oficiais e estudos ambientais de empreendimentos instalados próximos a LT.

4.1.2.3.1.1 *Herpetofauna*

Abaixo, segue listagem das fontes de dados secundários utilizados para o diagnóstico da herpetofauna.

- Relatório Ambiental Simplificado - LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 (DOSSEL, 2019);

- *Checklist* de anfíbios em uma área de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica, no centro-sul da Bahia (SILVA et al., 2013),
- Estudo de Impacto Ambiental para a LT 500 kV Poções III — Padre Paraíso 2 — C2 (AMBIENTARE, 2018);
- Répteis da Reserva Natural Vale, Linhares, Espírito Santo, Brasil (BÉRNILS et al., 2014).
- Atropelamento de Herpetofauna na Reserva Biológica de Sooretama, Espírito Santo, Brasil, (ROCHA, 2014).
- Tetrápodes não-voadores da Reserva Biológica de Duas Bocas, no Espírito Santo (TONINI, et al., 2010);
- Floresta Atlântica de Tabuleiro: Diversidade e Endemismos na Reserva Natural Vale, (ROLIM et al., 2016);
- Répteis e Anfíbios de Colatina. Listas de espécies (BTZEL, 2019).

4.1.2.3.1.2 Avifauna

Abaixo, segue listagem das fontes de dados secundários utilizados para o diagnóstico da avifauna.

- Relatório Ambiental Simplificado - LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 (DOSSEL, 2019);
- Estudo de Impacto Ambiental para a LT 500 kV Poções III — Padre Paraíso 2 — C2 (AMBIENTARE, 2018);
- Floresta Atlântica de Tabuleiro: Diversidade e Endemismos na Reserva Natural Vale, (ROLIM et al., 2016);
- Aves de Colatina. Listas de espécies (BTZEL, 2019);
- Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Guaratinga (GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA (GAMBA) E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2016).
- A Avifauna da Reserva Natural Vale, Linhares, Espírito Santo, Brasil (SRBEK-ARAUJO et al., 2014).

4.1.2.3.1.3 Mastofauna

- Relatório Ambiental Simplificado - LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 (DOSSEL, 2019);
- Estudo de Impacto Ambiental para a LT 500 kV Poções III — Padre Paraíso 2 — C2 (AMBIENTARE, 2018);
- A Mastofauna da Reserva Natural Vale, Linhares, Espírito Santo, Brasil (SRBEK-ARAUJO et al., 2014).
- Tetrápodes não-voadores da Reserva Biológica de Duas Bocas, no Espírito Santo (TONINI, et al., 2010);

- Floresta Atlântica de Tabuleiro: Diversidade e Endemismos na Reserva Natural Vale, (ROLIM et al., 2016);
- Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Guaratinga (GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA (GAMBA) E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2016)

4.1.2.3.2 *Dados Primários*

Os dados primários foram levantados entre o período de 08 a 28 de julho de 2020, através de registros sistemáticos e assistemáticos utilizando uma combinação de métodos de amostragem descritos em detalhe no item 4.4.3 Diagnóstico da Fauna do Capítulo 4 Diagnóstico Ambiental.

4.1.3 *Meio Socioeconômico*

As informações secundárias foram coletadas em instituições oficiais públicas ou particulares, bancos de dados disponibilizados pelos órgãos federais e estaduais, secretarias estaduais e municipais e publicações científicas com escopo inserido na área do empreendimento.

4.1.3.1 DADOS SECUNDÁRIOS (LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS E INSTITUCIONAIS)

Na sequência são apresentadas as fontes de dados de cada área relevante ao diagnóstico do meio socioeconômico.

4.1.3.1.1 *Aspectos Populacionais*

A caracterização dos aspectos populacionais utilizou principalmente dados do IBGE, particularmente os censos demográficos e o estudo de Região de Influência das Cidades (REGIC), além do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

4.1.3.1.2 *Infraestrutura*

Para o mapeamento da infraestrutura disponível para as populações dos municípios afetados foram consultadas as bases de dados do Ministério da Saúde (Cadastro dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES), Ministério da Educação e Cultura, IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan – Net), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST e AIDS e Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ).

4.1.3.1.3 *Uso e Ocupação do Solo*

Os dados secundários de uso e ocupação do solo foram obtidos através de análise integrada das bases do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico mendes de

Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com objetivo de identificar quaisquer fatores socioeconômicos sensíveis afetados pelo empreendimento.

4.1.3.2 DADOS PRIMÁRIOS

Os dados primários foram levantados entre vários períodos, listados abaixo:

- 08 de março a 02 de abril de 2021 – foi realizado o levantamento de informações utilizando de observação direta, registros fotográficos, questionários e entrevistas.
- 08 de março a 02 de abril de 2021 foi realizada campanha de Comunicação Social Prévia Institucional realizado junto ao poder público local e organizações da sociedade civil dos 32 municípios que serão interceptados pelo empreendimento, em atendimento ao Anexo I do TR emitido pelo Ibama para a elaboração do EIA/RIMA.
- 08 de março a 02 de abril de 2021 – foram realizados novos levantamentos de informações utilizando de observação direta, registros fotográficos, questionários e entrevistas.

As metodologias são descritas em detalhe no item 4.5 Diagnóstico do Meio Socioeconômico do Capítulo 4 Diagnóstico Ambiental.

4.2 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

O presente item apresenta as descrições e metodologias adotadas para delimitação geográfica da área estabelecida para a realização dos estudos - Área de Estudo (AE) dos Meios Físico, Biótico e Socioeconômico do empreendimento LT 500 kV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e subestação associada em atendimento ao item 6.2. *Definição da Área de Estudo e da Área Diretamente Afetada – AE e ADA* do Termo de Referência (TR) emitido em 29/03/2021, sob número SEI 9497557, conforme transcrição a seguir:

“6.2.1. Definir a Área de Estudo e a Área Diretamente Afetada, com base nos seguintes parâmetros:

A delimitação da Área Diretamente Afetada (ADA) deve compreender as áreas necessárias à implantação do empreendimento, incluindo faixa de servidão, acessos às frentes de obras, e estruturas de apoio como canteiros, alojamentos, áreas de empréstimo e bota-fora.

A Área de Estudo (AE) deve ser definida tendo por referência a Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, podendo ser espacialmente distinta conforme o componente ambiental afetado, ou para cada um dos meios de análise: físico, biótico e socioeconômico.

A AE é a área necessária para a realização do diagnóstico ambiental, na qual serão coletadas informações que permitam a caracterização da qualidade ambiental atual das áreas de inserção do empreendimento, a identificação e avaliação dos impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes da instalação e operação da Linha de Transmissão, para os três meios.

Não devem ser delimitadas, preliminarmente, as Áreas de Influência Direta e Indireta (AIDe AII) do empreendimento. Essas áreas só devem ser definidas conforme abrangência espacial da incidência dos impactos ambientais, após avaliação integrada dos mesmos.”

Desta forma, a ADA foi definida conforme parâmetros técnicos descritos no Capítulo 5. Caracterização Técnica e Aspectos Construtivos.

As AEs foram definidas visando a plena realização dos levantamentos, análises e avaliação dos três meios supracitados que integram o Diagnóstico Ambiental. A definição dessas áreas é essencial para o desenvolvimento do diagnóstico, caracterização ambiental e posterior análise da viabilidade de implementação do empreendimento.

Ressalta-se que neste item não são delimitadas a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, tendo em vista que essas áreas, serão definidas conforme abrangência espacial da incidência dos impactos ambientais, após a identificação, avaliação e análise integrada, em capítulo específico.

4.2.1 Área diretamente afetada

A delimitação da Área Diretamente Afetada (ADA) para os meios físico, biótico e socioeconômico compreende a área necessária à implantação do empreendimento, incluindo à faixa de servidão (60 metros) da LT e a área de ampliação da SE João Neiva 2, além de todas as estruturas de apoio, áreas de implantação de novos acessos e acessos existentes que venham a ser utilizados, bem como as demais infraestrutura necessárias a implantação do projeto, como praças de torre e lançamento, canteiros de obras, alojamentos, áreas de empréstimo e bota-fora, se utilizados (Figura 4.2-1).

As áreas dos canteiros de obras também contemplam a faixa da ADA, no entanto, suas localizações exatas serão definidas na fase posterior, quando da elaboração e detalhamento do Projeto Executivo.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

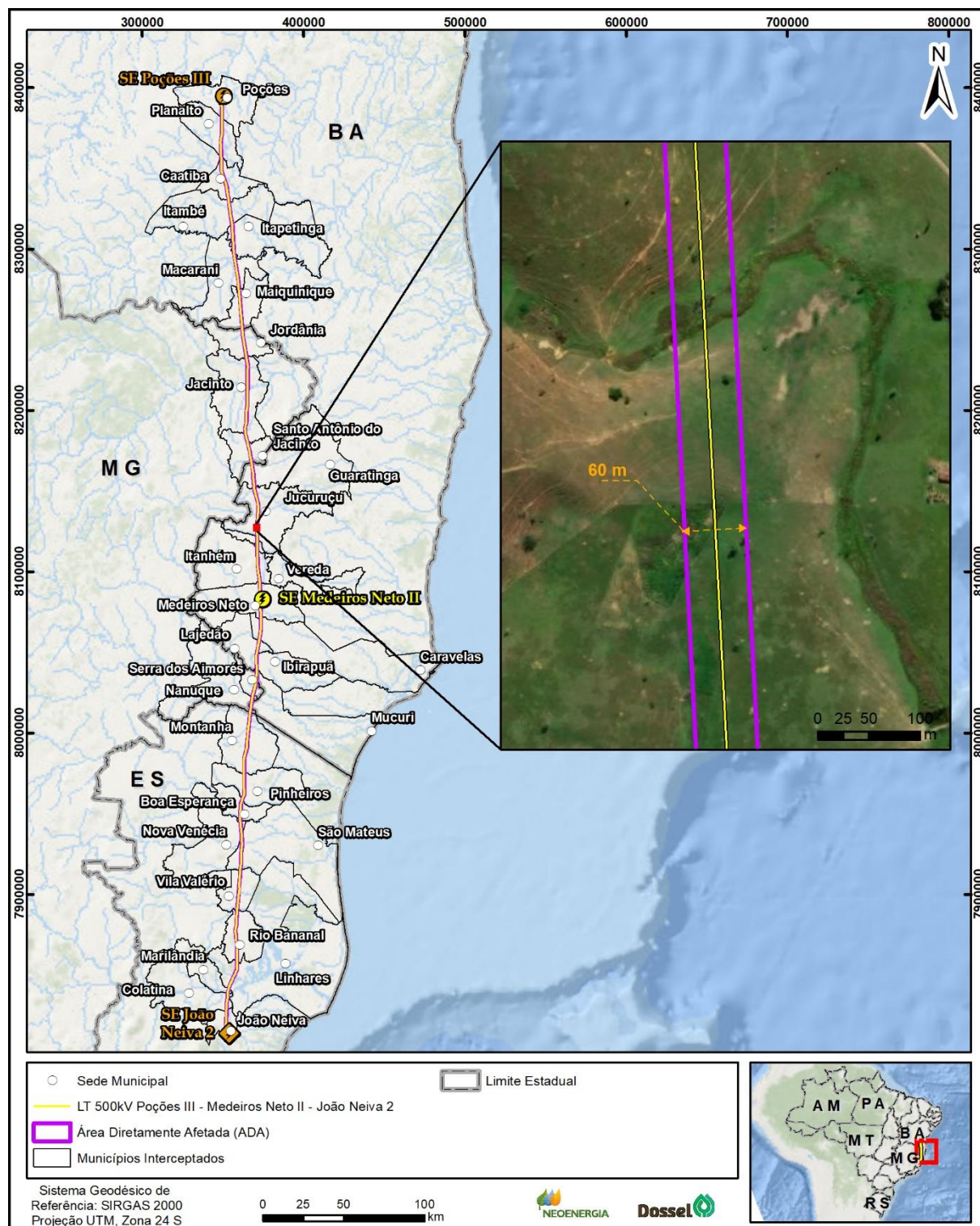


Figura 4.2-1: Área diretamente afetada pelo empreendimento LT 500 KV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e subestação associada.

4.2.2 Área de estudo (AE) dos meios físico e biótico

As Áreas de Estudo (AEs) foram delimitadas diferentemente para os meios físico e biótico, e para o meio socioeconômico. Dessa forma, para os meios físico e biótico, a AE foi baseada na divisão das bacias hidrográficas, unidade de planejamento territorial comumente utilizada.

A metodologia foi baseada no sistema de subdivisão e codificação de bacias hidrográficas (*Minimum Watershed*), desenvolvido por Otto Pfafstetter (1989). Esse método permitiu aperfeiçoar o gerenciamento das bacias de drenagem, assim como aumentar o controle das ações antrópicas e suas consequências nessas áreas.

As ottobacias levam em consideração a topografia do terreno permitindo que o sistema hídrico seja detalhado, facilitando, conseqüentemente, a visualização dos impactos ambientais provenientes de ações antrópicas (GOMES; BARROS, 2011). A ottobacia utilizada foi a nível 7, conforme demonstrado na Figura 4.2-2.

**LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

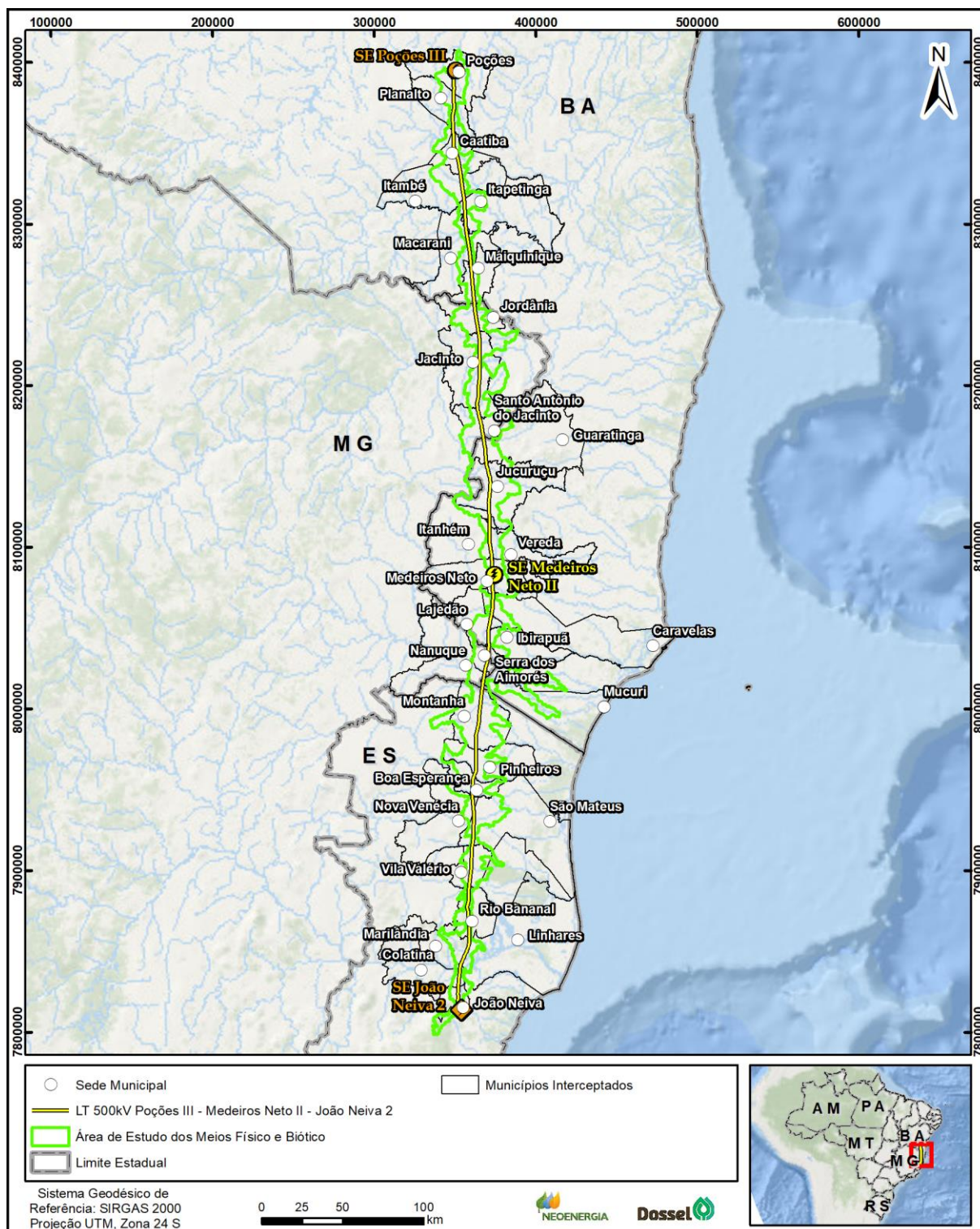


Figura 4.2-2:Área de Estudo dos Meios Físico e Biótico.

4.2.3 Área de estudo (AE) do meio socioeconômico

Para o meio socioeconômico, a AE foi dividida em Área de Estudo Municipal (AEM) e Área de Estudo Local (AEL). Esta distinção é uma importante ferramenta didática para a melhor apresentação e entendimento, do uso de metodologias específicas para elaboração do diagnóstico deste Meio, bem como para coleta, sistematização e análise dos dados que permitirão, ao fim, delimitar as áreas de influência direta ou indireta do projeto, a ser definida após a identificação e avaliação dos impactos ambientais. Dessa forma, segue o conceito das supracitadas AEs abaixo:

- Área de Estudo Municipal (AEM): Definida pelos municípios que a diretriz preferencial do traçado da LT intercepta, totalizando 32, sendo 16 no estado da Bahia, 11 no estado do Espírito Santo e 5 no estado de Minas Gerais, conforme quadro a seguir.
- Área de Estudo Local (AEL) foi definida como a faixa de 2 km, sendo de 1 km para cada lado da diretriz preferencial do traçado da LT.

Quadro 4-1: Municípios interceptados pelo empreendimento.

UF	Município	
BA	Caatiba	Lajedão
	Caravelas	Macarani
	Guaratinga	Maiquinique
	Ibirapuã	Medeiros Neto
	Itambé	Mucuri
	Itanhém	Planalto
	Itapetinga	Poções
	Jucuruçu	Vereda
ES	Boa Esperança	Nova Venécia
	Colatina	Pinheiros
	João Neiva	Rio Bananal
	Linhares	São Mateus
	Marilândia	Vila Valério
	Montanha	
MG	Jacinto	Santo Antônio do Jacinto
	Jordânia	Serra dos Aimorés
	Nanuque	

LT 500 KV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 E
SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
PROCESSO IBAMA 02001.001772/2021-17
AGOSTO/2021

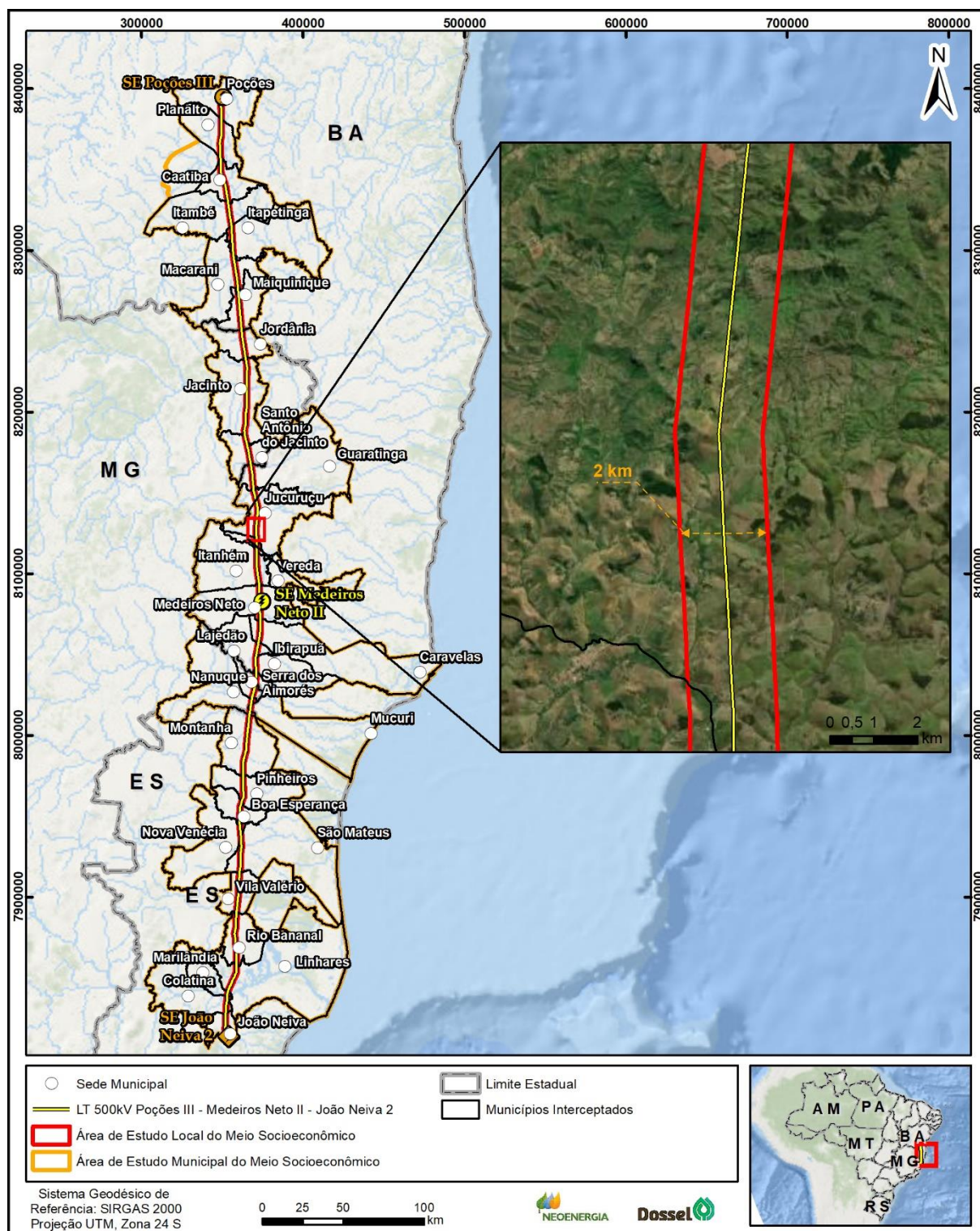


Figura 4.2-3: Área de Estudo do Meio Socioeconômico.

As informações cartográficas relativas aos itens supracitados, de modo a caracterizar as áreas de estudo do empreendimento, são apresentadas no Anexo 3-1 - Caderno de Mapas, nos seguintes mapas: Mapa 25 – Mapa de Acessos e Mapa 17 – Mapa das Áreas de Estudo (AEs)